



EDUCAÇÃO SEXUAL É LEI: NOTAS SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO CURRICULAR EM PORTUGAL

Franciele M. Scopet dos Santos¹

Pensar a Educação Sexual como integrante pertinente ao currículo escolar não é novidade, sobretudo, quando nos deparamos com a questão da sexualidade na escola. Podemos afirmar, sem exceções, que a educação sexual e reprodutiva é, atualmente, uma das principais preocupações no âmbito das políticas educativas e de saúde pública na União Européia. Ainda que Portugal não tenha atingido os patamares da maioria dos países europeus, em terras lusitanas há registros de que nos últimos anos ocorreram melhorias significativas nos indicadores relativos à saúde sexual e reprodutiva². O aumento do uso dos métodos contraceptivos, a diminuição da gravidez na adolescência e a melhoria dos indicadores de saúde materna e infantil são alguns exemplos disso³. Atribuímos a essa 'melhora' quantitativa com apoio dos dados divulgados pela Sociedade Portuguesa de Ginecologia⁴, segundo Ramiro (2011) podemos afirmar que cerca de 90% das mulheres sexualmente ativas em Portugal entre os 15 e os 19 anos utilizam de métodos contraceptivos e a maior parte dos jovens já os usam na primeira relação sexual.

¹ Doutoranda Educação Escolar-UNESP/Fclar/Araraquara. franmonique@gmail.com.

² COSTA, R. J. Educação sexual em Portugal ainda não satisfaz. **Revista A Página**, n.145. Maio, 2005. Disponível em < <http://www.apagina.pt/?aba=7&cat=145&doc=10845&mid=2>>. acesso: 11 mar. 2013.

³ Para tal afirmação nos baseamos na pesquisa de: MATOS, Margarida Gaspar de et al . Educação sexual em Portugal e em vários países da América Latina. **Psic., Saúde & Doenças**, Lisboa, v. 10, n. 1, 2009 .Disponível em <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-00862009000100011&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 11 mar. 2013.

⁴ Esse estudo é referenciado no artigo de: RAMIRO, L. et al . Educação sexual, conhecimentos, crenças, atitudes e comportamentos nos adolescentes. **Rev. Port. Sau. Pub.**, Lisboa, v. 29, n. 1, jan. 2011. Disponível em<http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S08709025201100010003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 11 mar. 2013.



Das jovens relatados na pesquisa 87% das adolescentes já ouviu falar do tema da contracepção na escola contra apenas 22% das mulheres com idades compreendidas entre os 40 e 49 anos. O que nos permite dizer que a abordagem institucionalizada já é parte da representação social escolar, apreendidas pelas gerações mais jovens. Seria descabido afirmar que a iniciação sexual hoje é protelada até as jovens atingirem maioridade penal, sendo assim, é fato afirmar, que como em nosso país, os jovens portugueses têm uma iniciação sexual mais precoce do que as gerações anteriores e que esta ocorre predominantemente em relações com amigos ou namorados. Contudo, as meninas reconhecem a aprendizagem obtida junto da família, em particular das mães, é reconhecido que tanto esta como a escola deveriam ter um papel mais relevante no que toca à educação sexual, já que é, sobretudo, a informação trocada com o grupo de amigos aquela que acaba geralmente por prevalecer na formação do conhecimento sobre esta matéria. No tocante a essa questão podemos observar outra pesquisa de Ramiro (2011), no que concerne aos seguintes dados, ainda relativos à temática exposta acima:

| Tabela 5 - Diferenças entre gênero para as questões relativas à Educação Sexual - Amostra (N = 3331) | | | | | | | |
|---|-------|------|----------|------|-------|------|-----------|
| | Rapaz | | Rapariga | | Total | | χ^2 |
| | N | % | N | % | N | % | |
| A Educação Sexual serve para te ajudar a... | | | | | | | |
| Ter mais informação | | | | | | | |
| Sim | 1.264 | 80,1 | 1.461 | 83,4 | 2.725 | 81,8 | 6.224* |
| Não | 315 | 19,9 | 291 | 16,6 | 606 | 18,2 | |
| Tirar dúvidas que tens | | | | | | | |
| Sim | 752 | 47,6 | 1.043 | 59,5 | 1.795 | 53,9 | 47.384*** |
| Não | 827 | 52,4 | 709 | 40,5 | 1.536 | 46,1 | |
| Como te sentes a falar de Educação Sexual com: | | | | | | | |
| Os teus amigos | | | | | | | |
| Pouco à vontade | 186 | 12,5 | 275 | 16,4 | 461 | 14,6 | 9.448** |
| À vontade | 1.900 | 87,5 | 1.404 | 83,6 | 2.704 | 85,4 | |
| Os teus pais | | | | | | | |
| Pouco à vontade | 859 | 57,2 | 1.107 | 65,3 | 1.966 | 61,5 | 22.171*** |
| À vontade | 643 | 42,8 | 588 | 34,7 | 1.231 | 38,5 | |
| Os teus colegas | | | | | | | |
| Pouco à vontade | 341 | 22,8 | 621 | 36,6 | 962 | 30,1 | 72.311*** |
| À vontade | 1.155 | 77,2 | 1.074 | 63,4 | 2.229 | 69,9 | |
| Os teus professores | | | | | | | |
| Pouco à vontade | 1.058 | 71,1 | 1.275 | 75,3 | 2.333 | 73,3 | 7.180** |
| À vontade | 431 | 28,9 | 419 | 24,7 | 850 | 26,7 | |

* $p \leq 0,05$; ** $p \leq 0,01$; *** $p \leq 0,001$.

A negrito os valores a que corresponde um residual ajustado $\geq |1,9|$.

Tabela 5 -Diferenças entre gênero para as questões relativas à Educação Sexual - Amostra (N = 3331)



Acerca da continuidade argumentativa da notação estatística Ramiro (2011) afirma que:

As raparigas referem mais frequentemente que a educação sexual serve para ter mais informação (83,4 %) e tirar dúvidas (59,5 %) do que os rapazes (80,1 % e 47,6 %, respectivamente). Quando questionadas sobre como se sentem a falar de educação sexual, as raparigas referem mais frequentemente que os rapazes que se sentem pouco à vontade para falar com os professores (75,3 %) e pais (65,3 %) (71,1 % e 57,2 %, respectivamente). Os rapazes mencionam mais frequentemente que as raparigas que se sentem à vontade para falar com os amigos (87,5 %) e colegas (77,2 %) (83,6 % e 63,4 %, respectivamente) (RAMIRO, 2011, p.17).

Mesmo que podendo afirmar que o conhecimento sobre comportamentos de risco estão relativamente generalizado, o fato é que Portugal é o segundo país da Europa com maior número de adolescentes grávidas, superado pelo Reino Unido, destacando-se também no quadro europeu do aborto clandestino⁵. Estima-se que em Portugal uma em cada quatro mulheres já recorreu ao aborto clandestino e que cerca de vinte mil mulheres portuguesas recorram a essa ‘condição’⁶ anualmente.

⁵ Essa informação pode ser confirmada em: MATOS, M. G. et al . Educação sexual em Portugal e em vários países da América Latina. **Psic., Saúde & Doenças**, Lisboa, v. 10, n. 1, 2009 . Disponível em <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-00862009000100011&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 11 mar. 2013.

⁶ A expressão condição é salutar na medida em que “aborto” se caracteriza pela morte do embrião ou feto, que pode ser espontânea ou provocada. Anomalias cromossômicas, infecções, choques mecânicos, fatores emocionais, intoxicação química acidental, dentre outros, podem ser considerados como sendo exemplos desse primeiro caso, que ocorre em aproximadamente 25% das gravidezes. Ele é caracterizado pelo término da gestação de menos de 20 semanas, sendo o sangramento vaginal um forte indício de sua ocorrência. Mais de 50% dessas situações diz respeito a alterações genéticas no embrião. Alertamos ao sentido de condição na medida em que, abortos provocados consistem na interrupção intencional da gestação. Quanto a isso, acredita-se que ocorram aproximadamente 50 milhões desse tipo de caso em todo o mundo, sendo a Romênia a campeã em número de abortos por habitantes. Nas clínicas, os métodos mais empregados são a sucção, dilatação, curetagem e injeção salina, sendo esta considerada uma prática segura, desde que seja feita nas primeiras semanas de gestação, e praticada por equipe qualificada. Apesar da reconhecida ilegalidade de outras práticas além das citadas, é sabido que muitas mulheres recorrem (a essa condição) ao aborto utilizando-se de métodos caseiros; ou mesmo por atendimento em clínicas clandestinas. Deste ato, um número considerável destas sofre complicações, como hemorragias, infecções, perfurações abdominais, podendo desencadear em infertilidade, ou mesmo óbito (é uma das maiores causas de mortalidade materna); sendo por isso reconhecido



Por outro lado, enquanto que no resto da Europa a incidência de doenças sexualmente transmissíveis diminuiu, em Portugal continua a subir. Segundo um estudo realizado pelo Centro de Estudos da Família do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas mais de 40% dos portugueses nem sempre usa o preservativo em relações sexuais ocasionais ou quando têm mais do que um parceiro sexual e 20% nunca o utiliza⁷. Podemos observar com Matos (2009) uma contextualização histórica, a qual norteará nossa reflexão acerca da efetividade e necessidade de pensarmos a educação sexual de modo institucionalizado, a saber:

Em Portugal, a implementação da educação sexual nas escolas tem originado, nos últimos anos, um grande debate. Em 1978, 1981 e 1984 a questão da legalização do aborto dividiu a população portuguesa. Apesar de não ter sido aceite nessa altura, esta questão justificou a primeira legislação sobre educação sexual nas escolas. Contudo, em 1985 a preocupação com a educação sexual voltou a sofrer uma estagnação (Reis & Vilar, 2004). Na sociedade portuguesa detectaram-se muitos problemas e necessidades não resolvidas relativamente aos direitos sexuais e reprodutivos da população, tornando obrigatória a educação para a sexualidade, em 1997. Entre 1995 e 1998, o Programa de Promoção e Educação para a Saúde e a Associação para o Planeamento da Família criaram o Projecto Educação Sexual e Promoção da Saúde nas Escolas. Um Projecto Experimental, a partir do qual se pretendeu efectuar uma generalização gradual às escolas portuguesas, no sentido da integração regular de projectos e actividades de Educação Sexual nos vários níveis de ensino (Marques et al., 1999). Em 2005 foi criado um Grupo de Trabalho para a Educação Sexual (GTES) / Educação para a Saúde em Meio Escolar, que determinou que a educação sexual será abordada no âmbito de um programa de promoção da saúde. De acordo com as recomendações deste grupo de trabalho, no relatório final apresentado em 2007 (GTES, 2007a), os assuntos a abordar devem envolver, entre outros o entendimento da sexualidade como uma das componentes mais sensíveis da

como um problema sério de saúde pública. Nesse sentido, ilustramos algumas noções de alienação dos poderes públicos em relação à descriminalização do aborto, assim como, seu tratamento em vias de ser um problema de saúde pública, para maiores elucidações recomendamos: AZERÊDO, S. **Preconceito contra a mulher**:diferenças, poemas e corpos. São Paulo: Cortez, 2011.

⁷ COSTA, R. J. Educação sexual em Portugal ainda não satisfaz. **Revista A Página**, n.145. Maio, 2005. Disponível em < <http://www.apagina.pt/?aba=7&cat=145&doc=10845&mid=2>>. acesso: 11 mar. 2013.



peessoa, no contexto de um projecto de vida que englobe valores e uma dimensão ética, a compreensão dos aspectos relacionados com as principais IST's (incluindo o VIH/SIDA), a maternidade na adolescência e a interrupção voluntária da gravidez, assim como os aspectos relacionados com o uso de métodos contraceptivos e de preservativos (MATOS, 2009, p.151).

Institucionalizar é um caminho?

Sabemos que esclarecimento é o caminho necessário para desconstrução de preconceitos em nossa sociedade, seja ela do outro lado do oceano ou aqui. Acima observamos que mesmo observando a promulgação da educação sexual no currículo português, é sabido que Portugal ainda necessita pensar no longo caminho que tem à frente. No tocante a gravidez segura e na proliferação de doenças sexualmente transmissíveis. Apesar de as iniciativas do Estado nesta matéria iniciar nos anos oitenta, entre 1995 a 1997 marcam o início do projeto experimental: "Educação Sexual e Promoção da Saúde nas Escolas", desenvolvido em parceria pelo Programa de Promoção e Educação para a Saúde e pela Associação para o Planejamento da Família, com o apoio técnico da Direção Geral da Saúde. Foi mediante este projeto, que realizaram pela primeira vez em Portugal uma experiência articulada e avaliada, protagonizada por escolas de todos os níveis de ensino.

A Lei 120/99⁸ e o Decreto-Lei n.º 259/2000⁹ vieram conferir às escolas a obrigatoriedade de incluir no seu projeto educativo o componente de educação sexual e a refleti-lo nos planos de trabalho das turmas. A título de cumprimento da legislação o governo articulou protocolos com diversas

⁸ Interessante atentarmos ao âmbito concedido à Lei: [...] O presente diploma visa conceder maior eficácia aos dispositivos legais que garantam a promoção a uma vida sexual e reprodutiva saudável, mais gratificante e responsável, consagrando medidas no âmbito da educação sexual, do reforço do acesso ao planeamento familiar e aos métodos contraceptivos, tendo em vista, nomeadamente, a prevenção de gravidezes indesejadas e o combate às doenças sexualmente transmissíveis, designadamente as transmitidas pelo HIV e pelos vírus das hepatites B e C. (PORTUGUAL, Lei 120/99. Reforça as garantias do direito à saúde reprodutiva).

⁹ Decreto-Lei n.º 259/2000, de 17 de Outubro, Regulamenta a Lei n.º 120/99, de 11 de Agosto (reforça as garantias do direito à saúde reprodutiva), fixando condições de promoção da educação sexual e de acesso dos jovens a cuidados de saúde no âmbito da sexualidade e do planeamento familiar.



associações: a Associação para o Planejamento da Família, o Movimento de Defesa da Vida e a Fundação Comunidade Contra a Sida.

Entretanto, de acordo com a Associação para o Planejamento da Família (APF), principal parceira institucional do Ministério da Educação nesta área e aquela que há mais tempo atua na área, existem ainda algumas “indefinições” neste conjunto de legislação que necessitam de ser clarificadas. Tais como: a indefinição de uma estrutura ou organismo pedagógico de responsabilidade no interior da escola, ao nível da proposta, realização, acompanhamento e avaliação das práticas formativas de educação sexual. É interessante pontuarmos as palavras de Costa (2005) onde nos alerta que:

[...] o modelo disciplinar transversal associado ao DL 259/2000 é de difícil execução por constituir um modelo de grande exigência e por poder gerar uma perigosa diluição de responsabilidades. A instituição sugere que as escolas designem um ou mais responsáveis por esta área educativa com o título de coordenadores do programa de educação sexual. Apesar desta indefinição e de não existirem estatísticas sobre o número e o tipo de atividades desenvolvidas nas escolas, os dados resultantes do acompanhamento de projetos em curso promovidos pela APF e do seu conhecimento do terreno, quer os dados dos inquéritos realizados pela Comissão de Coordenação da Promoção e Educação para a Saúde revelam que muitas escolas estão já envolvidas em educação sexual. No entanto, sublinha-se, está-se ainda longe de poder afirmar que todas ou a maior parte das crianças e jovens portugueses, têm acesso, ao longo do seu percurso escolar, a atividades de educação sexual? (COSTA, 2005, p.13).

Em declarações à Revista *A Página*, Duarte Vilar¹⁰, presidente da APF vai ainda mais longe e refere que a situação regrediu nos últimos três anos pela atitude de progressiva desresponsabilização do Ministério da Educação

¹⁰ Professor no Instituto Superior de Serviço Social, Lisboa. Diretor Executivo da Associação para o Planejamento da Família.



em face desta questão¹¹. Diante dessa problemática, inferimos que os principais pontos nevrálgicos dessa questão, são:

- a) A ausência de estudos e de dados rigorosos em matéria da educação sexual em Portugal;
- b) Professoras e professores demonstram ainda desconhecimento sobre a legislação existente, que as obriga a incluírem a educação sexual nos seus projetos educativos e nos planos curriculares das turmas;
- c) A dificuldade de compreensão em relação aos conceitos e temas pertinentes à educação sexual, que socialmente por vezes ainda se relaciona com conflitos sociais e muitas vezes concepções de recalque ideológico fundamentalista, principalmente no tocante a liberdade sexual e as plurais sexualidades, assim como, na autonomia da mulher sobre seu corpo;
- d) A ausência de supervisão e promoção de capacitação às professoras e professores portugueses, essa ausência associada por falta de iniciativa de direções regionais de educação, ausência no sentido de não fiscalização o cumprimento da lei dentro das escolas.

Ao apontarmos possíveis pontos de conflito na estruturação institucional da educação sexual em Portugal é preciso nos atentar no momento no agente orgânico que atua e desenvolve a estrutura do Estado, a saber: as professoras e professores.

Educação sexual na visão de professoras e professores portugueses

Essa seção se inicia na condição de analisar o artigo de Marie Helena Reis, intitulado: *A implementação da educação sexual na escola: Atitudes dos professores*. Publicado em 2004 na Revista de Análise Psicológica. Mas qual a relevância do estudo? De acordo com um questionário on-line efetuado, 37% dos participantes considerava que a educação sexual nas escolas deveria ser uma disciplina como as outras, 49% dizia que deveria ser proporcionada aos

¹¹ Inserida no escopo do seguinte artigo: COSTA, R. J. Educação sexual em Portugal ainda não satisfaz. **Revista A Página**, n.145. Maio, 2005. Disponível em <<http://www.apagina.pt/?aba=7&cat=145&doc=10845&mid=2>>. acesso: 11 mar. 2013.



alunos fora do regime disciplinar e 13% achava que não deveria ser objeto de estudo obrigatório. Nesse sentido, ao contrário do que é habitual afirmar-se, os professores portugueses sentem-se à vontade para abordar este assunto com os seus alunos, mas parecem demonstrar pouca vontade em se envolverem em ações de formação nesta área. O problema parece estar, aparentemente, na falta de estruturas que apóiem a iniciativa e a ação destes profissionais nas escolas.

O artigo é fruto da pesquisa de mestrado da autora, professora do ensino especial na Escola Básica de 2^o e 3^o ciclos da Costa da Caparica, realizado junto de uma amostra de 600 professores do 2.^o e 3.^o ciclos do ensino básico e do ensino secundário do norte ao sul do país, concluiu que, de uma forma geral, os professores demonstram uma atitude positiva na medida em que a maioria sente-se confortável para falar de sexualidade com os alunos. O objetivo da pesquisa foi conhecer e compreender as atitudes dos professores em relação à implementação dos programas de educação sexual nas escolas e saber qual o grau de conhecimento e de conforto em tratar temas relacionados com a sexualidade.

Do geral (600 pessoas) de sujeitos envolvidos na pesquisa 24% era do sexo masculino e 76% do sexo feminino, com uma média de idade situada nos 39 anos, 34,7% dos professores já tinham tido algum tipo de formação em educação sexual e apenas 27,7% tinha participado em ações de formação com os alunos. A maioria desses professores (82,6%) referiu à experiência como positiva 31,4% sentiram-se preparados e confortáveis para trabalhar o tema e 35,4% disseram necessitar de mais formação. Em consideração a diferença de gênero, a autora refere, no entanto, não ter encontrado diferenças significativas de atitude entre homens e mulheres na atuação docente, quer no que se refere ao nível de conhecimento, quer ao nível do conforto em abordá-lo (REIS,2004, 739).



Há vontade docente, mas não há incentivo

A pesquisa refere-se que foi encontrada uma média alta de conhecimentos e de conforto pertinente a abordagem de temas relacionados com a educação sexual entre os professores, existindo uma associação entre o conhecimento e as atitudes em relação à educação sexual, já que, refere à autora: “[...] quanto maior é o conforto ao abordar temas de sexualidade mais positivas são as atitudes em relação à educação sexual [...] (REIS, 2004, p.741). Em relação aos temas abordados, foram encontrados níveis mais altos de conforto em itens como: amor, pílula ou concepção e gravidez, e níveis mais baixos em itens como: sexo anal, sexo oral ou legislação (REIS, 2004, p.742). No tocante à crença religiosa, 69% das professoras e professores afirmou pertencer a uma religião e 31% deu uma resposta negativa, independentemente de frequentarem a igreja. O estudo referenda um propósito pressuposto que é a generalização de que as pessoas mais religiosas teriam uma atitude mais negativa em relação a este tema, destacamos, no entanto, que houve uma associação negativa significativa entre o grau de religiosidade e o sentimento de conforto em falar de temas de sexualidade.

Helena Reis realizou uma escala de estilos de ensino no sentido de relacioná-los com as atitudes e o conforto dos professores. Neste campo, diz no seu estudo: “[...] não foi confirmada a hipótese de que os professores em que prevalecem os estilos mais progressistas têm uma atitude mais positiva e se sentem mais confortáveis para abordar temas de educação sexual com os seus alunos [...] (REIS, 2004, p.745).

Contudo, os dados obtidos demonstram, globalmente, uma atitude positiva face à implementação de um currículo de educação sexual nas escolas, a autora questiona, nesse sentido, porque razão apenas 197 do total de 600 professores inquiridos no seu estudo revelava intenções de se envolver futuramente em ações de formação de educação sexual nas suas escolas? (REIS, 2004, p.745). Desse total, acrescentamos que 270 se mostraram disponíveis, mas afirmaram não tomar nenhuma iniciativa nesse sentido. O que falta aos professores para que se envolvam mais nos programas de



educação sexual, que fazem parte do projeto educativo das escolas desde 1999?

Segundo com Helena Reis, a resposta a esta questão deverá ser encontrada, sobretudo, na “falta de condições” que proporcionem “motivação e segurança” aos professores e no “desconhecimento da legislação” por parte dos órgãos diretivos das escolas. Mas não só. Observamos nas palavras da autora: “[...] A falta de motivação dos professores envolve variáveis de ordem profissional, tais como o “descontentamento em relação à sua profissão, o excesso de tarefas ou o desgaste da sua representação social” (REIS, 2004, p.747). Depois, para abordar estes temas com o à vontade que eles requerem, “[...] os professores têm de estar seguros de si e partir para esta tarefa sem julgamento de valores” (REIS, 2004, p.747), fatores que estão diretamente relacionados com o perfil de cada profissional e a falta de formação na área da educação sexual.

Com base nos questionamentos levantados pela experiência portuguesa, nos permitimos aproximarmos desse universo de indagações e incertezas, pós- institucionalização e perguntarmos: Em nosso país devemos institucionalizar para formar professoras e professores habilitados e conscientes das necessidades da formação escolar em educação sexual ou formamos (isso em caráter universitário) para então institucionalizarmos? Levando em consideração a potência transformadora que pode ser aberta mediante as portas da sexualidade (da educação sexual), e quando entendemos transformadoras, pensamos necessariamente, em um mundo sem machismo, sexismo, les/homo/trans/bi fobias, e, sobretudo, sem desigualdade de gênero.

REFERÊNCIAS

AZERÊDO, S. **Preconceito contra a mulher: diferenças, poemas e corpos.** São Paulo: Cortez, 2011.

COSTA, R. J. Educação sexual em Portugal ainda não satisfaz. **Revista A Página**, n.145. Maio, 2005. Disponível em <



<http://www.apagina.pt/?aba=7&cat=145&doc=10845&mid=2>>. acesso: 11 mar. 2013.

MATOS, Margarida Gaspar de et al . Educação sexual em Portugal e em vários países da América Latina. **Psic., Saúde & Doenças**, Lisboa, v. 10, n. 1, 2009 .Disponível em <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-00862009000100011&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 11 mar. 2013.

PORTUGAL, **Decreto-Lei n.º 259/2000**, de 17 de Outubro, Regulamenta a Lei n.º 120/99, de 11 de Agosto (reforça as garantias do direito à saúde reprodutiva), fixando condições de promoção da educação sexual e de acesso dos jovens a cuidados de saúde no âmbito da sexualidade e do planeamento familiar (JusNet 124/2000).

PORTUGAL, **Lei n.º 120/99**, de 11 de Agosto, Reforça as garantias do direito à saúde reprodutiva (JusNet 639/1999).

RAMIRO, L. et al . Educação sexual, conhecimentos, crenças, atitudes e comportamentos nos adolescentes. **Rev. Port. Sau. Pub.**, Lisboa, v. 29, n. 1, jan. 2011. Disponível em<http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-90252011000100003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 11 mar. 2013.

REIS, M. H; VILAR, D. A implementação da educação sexual na escola: Atitudes dos professores. **Análise Psicológica** (2004), 4 (XXII): 737-745 . Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aps/v22n4/v22n4a08.pdf>> Acesso Mar. 2013.